

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

PROJETO DE LEI Nº 2648, DE 2015.

(Do Supremo Tribunal Federal)

*Altera dispositivo da Lei nº
11.416, de 15 de dezembro de 2006,
Plano de Carreira dos Servidores do
Poder Judiciário da União e dá outras
providências.*

EMENDA ADITIVA Nº , de 2015

Acrescente-se, o seguinte artigo ao PL nº 2648, de 2015,
renumerando-se os demais:

**“Art. xx. O art. 3º da Lei 12.774 de 28 de dezembro de 2012,
passa a vigorar com a seguinte alteração:**

Art. 3º O enquadramento previsto no art. 5º da Lei 8.460 de 17 de setembro de 1992, estende-se aos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União que ocupavam a Categoria de Artífice, com efeitos financeiros a contar da data de publicação desta Lei, convalidando-se os atos administrativos com este teor, observados os enquadramentos previstos no art. 4º e no Anexo III da Lei nº 9.421 de 24 de dezembro de 1996, no art. 3º e no Anexo II da lei 10.475 de 27 de junho de 2002, no art. 19 e no Anexo V da Lei nº 11.416 de 15 de

dezembro de 2006, e no art. 3º e no Anexo V da Lei 12.774 de 28 de dezembro de 2012. (NR)” .

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe alterar Lei 12.774 de 28 de dezembro de 2012, para fazer justiça a um pequeno grupo de servidores em todo o Judiciário Federal que ficaram de fora do reenquadramento feito pela Lei 12.774/12.

O art. 3º, da Lei nº 12.774/2012 beneficiou tão somente os Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos que ingressaram no âmbito do Judiciário Federal até o ano 1996, deixando de fora os demais servidores que exerciam atividades assemelhadas e que possuíam o mesmo nível de escolaridade, infringindo o princípio constitucional da isonomia.

O direito à igualdade é considerado a base da democracia e se reflete em inúmeros dispositivos da Constituição Federal de 1988. Inicialmente, o artigo 3.º da Lei Maior estabelece a “não-discriminação” como um dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro. É abordado também no art. 5º, que trata dos Direitos e Garantias Individuais.

O prefalado princípio constitucional determina que se dê tratamento igual aos que se encontram em situação equivalente e que se trate de maneira desigual os desiguais, na exata medida de suas desigualdades. Significa dizer que “a lei pode, sem violação do princípio da igualdade, distinguir situações, a fim de conferir a um tratamento diverso do que atribui a outra.

In casu, não deveria haver tratamento desigual, uma vez que, embora com nomenclaturas diferentes, os antigos Auxiliares de Serviços Diversos ocupam o mesmo cargo dos antigos Agentes de Vigilância, Agentes de Portarias e dos Artífices, qual seja, Auxiliar Judiciário.

Diante do exposto, fundamentado no princípio da isonomia constitucional, esta emenda pretende estender os efeitos do art. 3º, da Lei nº 12.774/2012 aos demais servidores que ocupavam o mesmo nível de escolaridade dos Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos e que, por omissão, não foram mencionados no referido dispositivo.

Sala das Comissões, em de de 2015.

**Deputado MANOEL JUNIOR
PMDB/PB**